

NU FINANCEIRA S.A. - SCFI

**Demonstrações
financeiras
individuais**

30 de junho

Diretoria

NU FINANCEIRA S.A. - SCFI

DIRETOR PRESIDENTE

David Vélez Osorno

DIRETORES

Adam Edward Wible

Alessandro da Costa Prado*

Bruno Magrani de Souza

Cristina Helena Zingaretti Junqueira

Guilherme Marques do Lago

Henrique Camossa Saldanha Fragelli

Marcelo Kopel

Renee Grace Mauldin Atwood

Vitor Guarino Olivier

CONTADOR

Marlon Soares Fernandes

CRC - 1SP-295873/O-5

*Diretor responsável pela contabilidade

Relatório da administração

A Nu Financeira S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“Companhia” ou “Nu Financeira”) apresenta as Demonstrações Financeiras Individuais da Nu Financeira relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2020, elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN).

PERFIL CORPORATIVO

O Nubank é composto pela Nu Pagamentos S.A. e suas controladas, entre elas a Nu Financeira.

A Nu Financeira foi constituída em 28 de fevereiro de 2018, e foi autorizada a operar pelo BACEN na forma de Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento em 23 de novembro de 2018, de acordo com a publicação no Diário Oficial. A Nu Financeira é uma instituição controlada pela Nu Pagamentos S.A. (“Nu Pagamentos”).

A Companhia foi constituída com o objetivo de distribuição de novos produtos para os clientes do Nubank. Lançado em fevereiro de 2019, o empréstimo pessoal oferece aos clientes um processo de contratação de empréstimo totalmente customizável em termos de valores e prazos, de forma 100% digital através do aplicativo Nubank. As informações do contrato são apresentadas de forma clara e transparente com a divulgação dos juros e encargos envolvidos na contratação, além disso, os recursos da operação são disponibilizados 24 horas por dia através da Conta do Nubank. O cliente consegue realizar o gerenciamento dos pagamentos de maneira fácil e prática dentro do próprio aplicativo.

Em junho de 2019, a Companhia passou a emitir o Recibo de Depósito Bancário (RDB), ofertado para os clientes da marca Nubank através da Conta do Nubank, que é uma conta 100% digital, sem cobrança de tarifas de manutenção e com remuneração de 100% do CDI.

DESTAQUES FINANCEIROS

a. Empréstimo pessoal e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Durante o primeiro semestre de 2020, a Companhia manteve o aumento da sua carteira de empréstimo pessoal. Em 30 de junho de 2020, o saldo referente a empréstimo pessoal era de R\$332.693, o que representa um aumento de 31,0% em comparação ao fim do semestre anterior. Essas operações de crédito são destinadas somente a pessoas físicas, de modo que não possuem concentração de contraparte.

Em março de 2020 a Companhia passou a conceder crédito aos portadores de cartões de crédito emitidos pela sua controladora, Nu Pagamentos. As concessões são realizadas para as modalidades de faturas vencidas, parceladas, crédito rotativo, entre outros.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito encerrou o primeiro semestre de 2020 com saldo de R\$63.818. Em 30 de junho de 2020 o saldo da despesa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de crédito era de R\$45.151.

b. Depósitos

Em junho de 2019, foi lançado o Recibo de Depósito Bancário (RDB) da Nu Financeira como uma nova opção de aplicação na Conta do Nubank. Ao contrário da conta de pagamentos tradicional, cujo dinheiro fica lastreado em títulos públicos, os valores aplicados em RDB do Nubank são utilizados como *funding* para as operações da Companhia. Em 30 de junho de 2020, a Nu Financeira possuía o saldo de R\$12.486.763 captados através deste instrumento.

Em novembro de 2019, a Companhia emitiu uma nova modalidade de Recibo de Depósito Bancário vinculados 100% a títulos públicos (RDBV), com uma remuneração indexada a 100% do CDI e liquidez diária. Em 30 de junho de 2020, a Nu Financeira possuía o saldo de R\$893.663 em depósitos através da emissão desse instrumento.

c. Aumento de capital e patrimônio líquido

Em assembleia geral extraordinária, realizada em 6 de março de 2020, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$200.000, aprovado pelo BACEN em 6 de abril de 2020. Com isso, a Companhia encerrou o semestre de 2020 com um patrimônio líquido de R\$ 271.708.

Em relação a destinação do lucro líquido, quando houver, o estatuto social da Companhia estabelece que deverá ser destinado pela assembléia geral após a Companhia designar 5% para reserva legal, até que atinja 20% do capital social, e pelo menos 1% do lucro líquido ajustado para pagamento de dividendo mínimo obrigatório aos acionistas.

PESSOAS

O conglomerado financeiro do Nubank, do qual a Nu Financeira faz parte, encerrou junho de 2020 com um quadro de 2.720 funcionários, um crescimento de 10,5% em relação ao final do exercício de 2019. Conforme atestado em um dos valores da Companhia desde seu surgimento em 2013 - “Construir times fortes e diversos”, o Nubank concentra grandes esforços em recrutar e reter os melhores talentos com o maior grau de diversidade possível.

O Nubank possui colaboradores de diferentes idades, profissões, nacionalidades, etnias, LGBTQIA+, além de possuir alta participação de mulheres em todas as funções e níveis de senioridade. O Nubank acredita que, para o sucesso de seus produtos, a diversidade é essencial para se ter visões diferentes e complementares e está diretamente relacionada com a característica única de suas equipes e funcionários.

Para garantir a manutenção de um ambiente de trabalho inclusivo e respeitoso, o Nubank conta com equipes de recursos humanos, *ombudsman*, *compliance* e auditoria interna que estão sempre à disposição para atender as demandas dos funcionários. Além disto, o Nubank tem a política interna de incentivar e promover o encontro de grupos que visam discutir a diversidade e a inclusão no ambiente de trabalho.

PANDEMIA COVID-19: AÇÕES

O Nubank realizou uma série de iniciativas visando garantir a saúde de seus funcionários, prestadores de serviço e de seus clientes em resposta à expansão do COVID-19.

O Nubank foi uma das primeiras empresas brasileiras a rapidamente transacionar para o modelo de trabalho remoto de todos os funcionários, que eram 2.500 funcionários à época, incluindo o envio de computadores, monitores, teclados e até mesmo cadeiras ergonômicas, garantindo a saúde de seus funcionários e que as operações se mantivessem com o mesmo nível de qualidade. Em decorrência do sucesso deste modelo, foi possível continuar contratando, globalmente, novos funcionários.

Para os clientes, foi desenhado um plano que pudesse auxiliá-los em outras esferas que vão além da gestão de suas finanças. Houve direcionamento da verba de marketing e outros ganhos de eficiência, cerca de 20 milhões de reais, à campanha “Pessoas Primeiro” para atender a pedidos específicos de clientes com apoio para compras em supermercado, consumo em restaurantes, medicina e assistência psicológica. Além disto, as condições de refinanciamento para pagamento da fatura de cartão de crédito e de clientes que contraíram crédito pessoal foram flexibilizadas, com políticas de taxa de juros menores e com prorrogação de vencimentos.

O Nubank também foi responsável por auxiliar cerca de 533 mil clientes a receberem diretamente o auxílio emergencial de 600 reais do governo federal, totalizando mais de 407 milhões de reais em repasses.

O Nubank criou uma nova função no aplicativo para que clientes possam contribuir com a luta contra a COVID-19 através de doações para destinação a diversas instituições que estão atuando ativamente no combate à pandemia.

Desde o início da crise oriunda do COVID-19, a Companhia prosseguiu monitorando diariamente os efeitos da pandemia na continuidade de suas operações e em seus indicadores financeiros, com reporte direto à administração dentro de comitês específicos, além de melhorias da estrutura de controles internos e do reforço dos exercícios de testes de estresse, com cenários potenciais adicionais decorrentes da crise, incluindo indicadores de liquidez e capital.

Dentro dos comitês, mudanças no perfil de risco e comportamento dos clientes são capturadas tempestivamente auxiliando na mitigação do risco de crédito e na tomada de decisão estratégica de curto prazo para enfrentamento da crise, bem como de longo prazo para o pós crise. Os resultados foram utilizados para balizar decisões de negócio pautadas pela sustentabilidade e gestão de riscos.

São Paulo, 21 de agosto de 2020



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Nu Financeira S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Nu Financeira S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nu Financeira S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento em 30 de junho de 2020, e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3f e 7, a classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamentos da Administração da Instituição, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa está suportada na classificação do risco do cliente, em função da análise periódica de sua qualidade e não apenas nos percentuais mínimos da Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Devido à relevância do saldo das operações de crédito e ao elevado grau de julgamento relacionado à definição da estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Com o suporte de nossos especialistas em riscos de crédito, avaliamos os julgamentos utilizados pela Instituição na definição das principais premissas, bem como dos impactos decorrentes da crise gerada pela pandemia do Covid-19, utilizados na atribuição dos níveis de risco de crédito. Adicionalmente, recalculamos o valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa e avaliamos se a provisão para créditos de liquidação duvidosa atinge o mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/99. Avaliamos ainda as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o nível de provisionamento para créditos de liquidação duvidosa e as suas respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório

de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de agosto de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

Rodrigo Cruz Bassi
Contador CRC 1SP261156/O-7

Balancos patrimoniais

EM 30 DE JUNHO DE 2020 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa.....	4	5.625.139	2.087.762
Disponibilidades.....		131.141	13.634
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....		5.493.998	2.074.128
Instrumentos financeiros.....		8.126.737	3.620.831
Títulos e valores mobiliários.....	5	7.856.781	3.386.028
Instrumentos financeiros derivativos.....	6	826	942
Operações de crédito.....	7	332.948	253.971
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	7	(63.818)	(20.110)
Outros créditos.....	8	618.352	502.304
Créditos tributários.....	18	63.756	13.021
Total do Ativo.....		14.433.984	6.223.918
Passivo			
Depósitos e demais instrumentos financeiros.....		13.891.192	6.014.858
Depósitos.....	9	13.380.426	5.519.899
Recursos de aceites e emissão de títulos.....	10	505.329	490.590
Instrumentos financeiros derivativos.....	6	5.437	4.369
Outras obrigações.....	11	238.002	101.561
Provisões.....	12	5	-
Obrigações fiscais diferidas.....	18	33.077	-
Total do Passivo.....		14.162.276	6.116.419
Patrimônio líquido.....	14	271.708	107.499
Capital social.....		330.000	130.000
Reservas de capital.....		3.099	475
Outros resultados abrangentes.....		201	-
(-) Prejuízos acumulados.....		(61.592)	(22.976)
Total do Passivo e Patrimônio líquido.....		14.433.984	6.223.918

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	2020	2019
Receitas de intermediação financeira	15	314.243	8.126
Receita de operações de crédito.....		67.646	3.146
Resultado de títulos e valores mobiliários.....		233.403	4.980
Rendas de créditos vinculados a operações adquiridas em cessão.....		13.194	-
Despesas de intermediação financeira	16	(267.050)	(4.522)
Despesa de juros e similares.....		(157.884)	(6.961)
Despesa com tarifas e similares.....		(7.409)	(168)
Resultado de negociação de derivativos.....		(101.757)	2.607
Resultado de intermediação financeira antes da provisão para perdas esperadas		47.193	3.604
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	7	(45.151)	(3.058)
Resultado de intermediação financeira		2.042	546
Outras receitas/despesas operacionais	17	(58.449)	(13.881)
Outras despesas relacionadas a crédito.....		(7)	-
Despesas de infraestrutura e processamento de dados.....		(1.490)	(472)
Despesas de pessoal.....		(25.648)	(10.493)
Despesas tributárias.....		(2.470)	(334)
Despesas de provisões.....		(5)	-
Outras despesas administrativas.....		(8.238)	(2.541)
Outras despesas operacionais.....		(20.591)	(41)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(56.407)	(13.335)
Tributos e participações	18	17.791	5.206
Imposto fiscal diferido.....		17.791	5.206
Resultado líquido do semestre		(38.616)	(8.129)
Prejuízo por ação (em R\$).....		(0,12)	(0,06)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>
Resultado líquido		(38.616)
Outros resultados abrangentes		
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para resultado	13	
Resultado de avaliação a valor justo de títulos disponíveis para venda		201
Variação do valor justo.....		334
Imposto diferido.....		(133)
Resultado abrangente líquido para o semestre		(38.415)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/2018		80.000	-	-	(2.228)	77.772
Aumento de capital.....	13	50.000	-	-	-	50.000
Outorgas de plano de ações.....	13	-	272	-	-	272
Resultado do semestre.....		-	-	-	(8.129)	(8.129)
Saldo em 30/06/2019		130.000	272	-	(10.357)	119.915
Mutações no período		50.000	272	-	(8.129)	42.143
Saldo em 31/12/2019		130.000	475	-	(22.976)	107.499
Aumento de capital.....	13	200.000	-	-	-	200.000
Outorgas de plano de ações.....	13	-	2.624	-	-	2.624
Resultados abrangentes.....	13	-	-	201	-	201
Resultado do semestre.....		-	-	-	(38.616)	(38.616)
Saldo em 30/06/2020		330.000	3.099	201	(61.592)	271.708
Mutações no período		200.000	2.624	201	(38.616)	164.008

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado líquido do semestre		(38.616)	(8.129)
Ajustes ao resultado líquido			
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	7	45.151	3.058
Obrigações fiscais diferidas.....	18	(17.791)	(5.262)
Despesas de provisões.....	12	5	-
Varição de valor justo de títulos e valores mobiliários.....		(75.980)	(141)
Varição de valor justo de instrumentos financeiros passivos.....		997	3.410
Varição de valor justo de instrumentos financeiros derivativos.....		1.184	(940)
Juros de recursos de aceites e emissão de títulos.....	10	13.742	3.300
Plano de ações.....	13	2.624	272
Resultado Ajustado		(68.684)	(4.432)
(Aumento)/redução líquido de ativos:			
Títulos e valores mobiliários para negociação.....		(3.883.182)	30.829
Operações de crédito.....		(80.420)	(46.917)
Outros créditos.....	8	(114.035)	230
Aumento/(redução) líquido de passivos:			
Depósitos.....	9	7.860.527	81.549
Outras obrigações.....	11	136.442	3.190
Pagamento de Imposto de renda e contribuição social.....		(2.013)	-
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades operacionais		3.848.635	64.449
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários, exceto para negociação.....		(511.258)	(557.560)
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades de investimento		(511.258)	(557.560)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Aumento de obrigações de recursos e aceites.....		-	380.753
Aumento de instrumentos de dívida elegíveis a capital.....		-	74.110
Aumento de capital.....	13	200.000	50.000
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades de financiamento		200.000	504.863
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre.....		2.087.762	234
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre.....		5.625.139	11.986
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		3.537.377	11.752

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Nu Financeira S.A. - SCFI (“Companhia” ou “Nu Financeira”) é constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Capote Valente, 120 - São Paulo - Brasil.

A Nu Financeira tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

A Companhia foi constituída em 28 de fevereiro de 2018, iniciando suas atividades pré-operacionais em 12 de junho de 2018 e autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) na forma de Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento em 21 de novembro de 2018, de acordo com a publicação no diário oficial. A Nu Financeira é uma Companhia controlada pela Nu Pagamentos S.A. e foi constituída com objetivo de oferecer novos produtos para os clientes da marca Nubank, sendo que ambas as Companhias compõem o Grupo “Nubank”.

O plano de negócio da Nu Financeira prevê o crescimento do volume de operações de empréstimo pessoal aos clientes portadores de contas de pagamento (Conta do Nubank) juntamente a Nu Pagamentos S.A., bem como, oferta de novos produtos que resultarão em geração de lucros no futuro. Dessa maneira, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

No primeiro semestre de 2020, em função do COVID-19, a Companhia implementou uma série de medidas visando garantir a saúde e segurança de seus funcionários, prestadores de serviço e de seus clientes, bem como manter a qualidade do serviço prestado.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Conselho Monetário Nacional (CMN). Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras, a Companhia considerou o disposto na Resolução nº 4.720 do CMN e a Circular nº 3.959 do BACEN, de 13 de maio de 2019 e 4 de setembro de 2019 respectivamente.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade, usando a convenção de custo histórico, com exceção de certos ativos e passivos financeiros que foram mensurados pelo valor justo.

Todas as informações relevantes nas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na condução dos negócios da Companhia.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 21 de agosto de 2020.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com valores a receber de operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas.

Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Reapresentação do Balanço patrimonial e da Demonstração do resultado

A Resolução nº 4.720 do CMN, de 13 de maio de 2019, estabeleceu critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras a serem aplicados prospectivamente a partir de 1 de janeiro de 2020 que alteraram de forma relevante a apresentação das demonstrações financeiras. Dessa forma, as demonstrações financeiras foram reapresentadas para conformidade com essas normas, além da inclusão da apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente, a qual a Companhia optou pela apresentação prospectiva. Não houve alteração no saldo total do ativo, patrimônio líquido e resultado líquido do período reapresentado.

Balanço patrimonial

	<u>31/12/2019</u> (Originalmente apresentado)	Reclassificações	<u>31/12/2019</u> (Reapresentado)
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa.....	-	-	2.087.762
Disponibilidades.....	13.634	-	13.634
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	2.074.128	-	2.074.128
Instrumentos financeiros.....	-	-	3.620.831
Títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos.....	3.386.758	(3.386.758)	-
Títulos e valores mobiliários.....	-	3.386.028	3.386.028
Instrumentos financeiros derivativos.....	-	942	942
Operações de crédito.....	253.971	-	253.971
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa.....	(20.110)	20.110	-
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	-	(20.110)	(20.110)
Outros créditos.....	515.537	(13.233)	502.304
Créditos tributários.....	-	13.021	13.021
Total ativos.....	6.223.918	-	6.223.918

	31/12/2019	Reclassificações	31/12/2019
	(Originalmente apresentado)		(Reapresentado)
Passivo			
Depósitos e demais instrumentos financeiros.....	-	-	6.014.858
Depósitos.....	4.094.037	1.425.862	5.519.899
Recursos de aceites e emissão de títulos.....	402.572	88.018	490.590
Instrumentos financeiros derivativos.....	-	4.369	4.369
Outras obrigações.....	1.619.810	(1.518.249)	101.561
Patrimônio líquido	107.499	-	107.499
Capital social.....	130.000	-	130.000
Reservas de capital.....	475	-	475
(-) Prejuízos acumulados.....	(22.976)	-	(22.976)
Total do passivo e patrimônio líquido	6.223.918	-	6.223.918

A apresentação dos ativos e passivos é realizada exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação de curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas.

Houve ainda a adoção de nova nomenclatura e agrupamento de itens patrimoniais, tais como:

- Caixa e equivalentes de caixa - agrupamento de Disponibilidades e Aplicações interfinanceiras de liquidez;
- Instrumentos financeiros - agrupamento de Títulos e valores mobiliários, Derivativos, Operações de crédito, Outros créditos e Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- Depósitos e demais instrumentos financeiros - agrupamento de Depósitos, Derivativos e Outras obrigações;

Demonstração do resultado

	31/06/2019	Reclassificações	31/06/2019
	(Originalmente apresentado)		(Reapresentado)
Receitas de intermediação financeira.....	10.624	(2.498)	8.126
Despesas de intermediação financeira.....	(9.860)	5.338	(4.522)
Resultado bruto da intermediação financeira.....	764	(764)	-
Resultado de intermediação financeira antes da provisão para perdas esperadas	-	-	3.604
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	-	(3.058)	(3.058)
Resultado de intermediação financeira	764	(218)	546
Outras receitas/despesas operacionais	(14.099)	218	(13.881)
Despesas de pessoal.....	(10.493)	-	(10.493)
Outras despesas administrativas.....	(3.132)	591	(2.541)
Despesas tributárias.....	(334)	-	(334)
Outras receitas operacionais.....	22	(22)	-
Outras despesas operacionais.....	(162)	121	(41)
Despesas de infraestrutura e processamento de dados.....	-	(472)	(472)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(13.335)	-	(13.335)
Tributos e participações.....	5.206	-	5.206
Resultado líquido	(8.129)	-	(8.129)

- A abertura de despesas de provisões segregadas pelas classes mais relevantes apresentado na linha “Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito”;
- Mudança da alocação da “Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito” passando a ser apresentada anteriormente ao “Resultado de intermediação Financeira”;
- Eliminação da nomenclatura de “Resultado não operacional”, bem como receitas e despesas não operacionais.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente no semestre e período apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem (i) depósitos bancários em moeda nacional e estrangeira considerados no Balanço Patrimonial na rubrica Disponibilidades, (ii) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais em até 90 dias, conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e utilizados na gestão de caixa dos compromissos de curto prazo e não para propósitos de investimento e financiamento.

b. Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários, conforme estabelecido pela Circular 3.068, de 8 de novembro de 2001 do BACEN, está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil:

(i) Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento

Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

(iii) Títulos disponíveis para venda

Títulos que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

c. Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são contratos ou acordos cujo valor é derivado de um ou mais índices subjacentes ou ativos referenciados no contrato ou acordo, que exigem nenhum ou pouco investimento líquido inicial e são liquidados em uma data futura.

Os derivativos são mantidos para fins de gerenciamento de risco e são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados para relação contábil de hedge. Os derivativos são reconhecidos a custo inicialmente, na data em que um contrato é celebrado, e são subsequentemente mensurados pelo seu valor justo. Os valores justos dos derivativos negociados em bolsa são obtidos a partir da cotação dos preços de mercado. Os valores justos dos derivativos de balcão são estimados usando técnicas de *valuation*, incluindo fluxo de caixa descontado e modelos de precificação de opções.

Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando seu valor justo é positivo e como passivos quando seu valor justo é negativo, exceto quando a compensação pelo valor líquido é permitida. O método de reconhecimento dos ganhos e perdas do valor justo depende se os derivativos são mantidos para negociação ou designados como instrumentos de hedge. Ganhos e perdas de variações no valor justo de derivativos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

(i) Hedge

A Companhia aplica contabilidade de hedge para representar os efeitos econômicos de suas estratégias de gerenciamento de risco conforme a circular nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, do BACEN. No momento em que um instrumento financeiro é designado como hedge (ou seja, no início do hedge), a Companhia documenta formalmente a relação entre o(s) instrumento(s) de hedge e o(s) item(s) coberto(s), seu objetivo de gerenciamento de risco e estratégia para realizar o hedge. A documentação inclui a identificação de cada instrumento de cobertura e respectivo item coberto, a natureza do risco coberto e a forma de avaliação da eficácia do instrumento de hedge na compensação da exposição a alteração no valor do item coberto.

Dessa forma, a Companhia avalia formalmente, tanto no início do hedge como de forma contínua, se os derivativos de hedge foram e serão altamente eficazes na compensação de mudanças no valor justo atribuíveis ao risco protegido durante o período em que a proteção é realizada. Um hedge é normalmente considerado altamente eficaz se, no início e ao longo de sua vida, a Companhia puder esperar, e os resultados reais indicarem, que mudanças no valor justo ou no fluxo de caixa dos itens protegidos são efetivamente compensadas por mudanças no valor justo ou no resultado. Se em qualquer momento se concluir que não é mais altamente eficaz para alcançar seu objetivo documentado, a contabilidade de hedge é descontinuada.

Quando os derivativos são mantidos para fins de gestão de risco, e quando as transações atendem aos critérios exigidos para documentação e efetividade do hedge, os derivativos podem ser designados como: (i) hedge da mudança no valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou compromissos firmes (hedge de risco de mercado); (ii) hedge da variabilidade nos fluxos de caixa futuros altamente prováveis atribuíveis a um ativo ou passivo reconhecido, ou uma transação prevista (hedge de fluxo de caixa); ou (iii) hedge de investimento líquido em uma operação no exterior (hedge de investimento líquido). Companhia aplica contabilidade de hedge de risco de mercado, mas não aplica de hedge de fluxo de caixa e investimento líquido em uma operação no exterior.

(ii) Contabilização do hedge de risco de mercado

As variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como hedge de risco de mercado são registradas na demonstração do resultado, juntamente com as mudanças no valor justo do ativo ou passivo objeto do hedge que seja atribuível ao risco coberto. Quando o item protegido é mensurado ao custo amortizado, o valor justo é reconhecido alterando o valor contábil do ativo ou passivo coberto. As variações no valor justo dos itens protegidos são reconhecidas na demonstração do resultado. Se a cobertura deixar de cumprir os critérios de designação de hedge de risco de mercado, a estratégia é descontinuada e o valor justo dos objetos protegidos permanecem registrados no Balanço Patrimonial, sendo incorporado ao custo e reconhecido pelo prazo remanescente através de uma nova taxa de juros.

d. Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos ou passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar o valor justo são observáveis ou não observáveis. A mensuração do valor justo de um ativo ou passivo financeiro é atribuída com base no nível mais baixo de qualquer dado que seja significativo para a mensuração do valor justo em sua totalidade. Os três níveis da hierarquia do valor justo são descritos abaixo:

Nível 1: A avaliação é baseada em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: A avaliação é baseada em dados observáveis baseados no mercado, exceto preços de Nível 1, como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados que não estão ativos ou outros dados observáveis ou que podem ser corroborados pelo mercado observável dados para substancialmente o prazo integral dos ativos ou passivos.

Nível 3: A avaliação é gerada a partir de técnicas que utilizam premissas significativas, não observáveis no mercado. As técnicas de avaliação incluem modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado ou técnicas semelhantes.

O grau de julgamento da administração envolvido na determinação do valor justo de um instrumento financeiro depende da disponibilidade de preços cotados em mercados ativos ou de parâmetros observáveis no mercado. Quando preços cotados e dados observáveis em mercados ativos não estão totalmente disponíveis, é necessário julgamento da administração para estimar o valor justo.

Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças nas atividades do mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo.

Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a mensuração do valor justo dos instrumentos em sua totalidade.

Se os dados do Nível 3 são considerados significativos, o instrumento é classificado como Nível 3. O processo para determinar o valor justo utilizando dados não observáveis é geralmente mais subjetivo e envolve um alto grau de julgamento e premissas da administração.

A Companhia possui controles para garantir que as medições do valor justo sejam apropriadas e confiáveis, incluindo revisão e aprovação de novos tipos de transação, verificação de preço e revisão de julgamentos, métodos, modelos, controles de processo e resultados de avaliação.

e. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros não avaliados pelo valor justo são reconhecidas imediatamente quando há evidência objetiva de perda e o valor contábil desses ativos é reduzido com o uso de provisões. Provisões para redução ao valor recuperável de ativos financeiros não avaliados ao valor justo são avaliadas e calculadas individualmente e são reconhecidas na demonstração do resultado.

A principal provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros refere-se às perdas esperadas associadas ao risco de crédito, sendo descritas no item a seguir.

f. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Os juros referentes às operações de crédito vencidas até o 59º dia são contabilizados no resultado do período e, a partir do 60º dia, os juros ficam represados, e somente serão apropriadas ao resultado quando efetivamente forem recebidos.

Aplicável para as operações sujeitas ao Risco de Crédito, conforme determinado em política interna, a provisão é definida como o valor necessário para cobrir os custos relativos ao risco de crédito, seja ele proveniente do não cumprimento, pela contraparte, de suas obrigações financeiras, desvalorização e/ou redução nas remunerações em detrimento da qualidade creditícia do tomador de crédito.

A Companhia observa e respeita as diretrizes estabelecidas pela resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN), dispondo dos critérios necessários para classificação das operações de crédito e de provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa (PCLD) mínima requerida. Ainda, para a constituição da provisão, em seu cálculo deve ser refletida a expectativa de perdas da Companhia, levando em consideração as diretrizes da resolução nº 4.557/17 do CMN.

As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (0%) e H (100% provisionado). As operações classificadas como nível de risco H são transferidas para conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, após decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco. Quanto às operações renegociadas, essas: são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes de sua repactuação; aquelas que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como H.

Metodologia Interna

A metodologia interna para cálculo da PCLD é baseada na expectativa de perdas da carteira de crédito em nível agregado, de acordo com as diretrizes estabelecidas nas resoluções nº 2.682/99 e 4.557/17. Essa expectativa de perda para cada operação de crédito é função da sua faixa de risco, determinada a partir de modelos internos, bem como do seu estágio de atraso, tempo contratual ao qual estará exposto ao risco de crédito, e quando aplicável, o ambiente macroeconômico e alterações previstas no curto e longo prazo. Para o cálculo da perda, são considerados: probabilidade de que a exposição seja caracterizada como ativo problemático, a exposição no momento da inadimplência, bem como a expectativa de recuperações de créditos vencidos. O valor da PCLD é contabilizado de acordo com o resultado obtido pelo modelo interno e comparado com o valor da PCLD mínima requerida pela resolução nº 2.682/99, não podendo, em nível agregado, o valor apurado pelo modelo interno ser inferior ao mínimo requerido pela resolução nº 2.682/99.

A Companhia conta com fóruns que deliberam a respeito da qualidade dos modelos internos de perda, bem como sobre as alterações relevantes nas estimativas consideradas no cálculo do modelo interno. Tais modelos estão sujeitos a avaliação técnica independente das áreas de Validação de Modelos, Risco Operacional, Controles Internos e Auditoria.

g. Cessões de crédito

A Companhia adquire recebíveis por meio de cessões de créditos lastreados em transações de pagamento. Estas cessões foram contabilizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08 do CMN, que trata de operações cedidas sem coobrigação e operações cedidas com retenção substancial ou parcial de riscos e benefícios, as quais devem ser mantidas na carteira do cedente em contrapartida de obrigações por operações vinculadas a cessão, bem como a provisão para créditos de liquidação duvidosa deverá ser contabilizada de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN e o resultado deverá ser reconhecido de acordo com o prazo do contrato.

Os títulos cedidos possuem coobrigação e a Companhia cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos subjacentes.

h. Depósitos

A atualização dos depósitos pela taxa contratada é reconhecida pelo método da taxa efetiva de juros. Certos depósitos representam operações vinculadas sendo a liquidação da obrigação condicionada ao recebimento do respectivo crédito na operação ativa.

i. Recursos de aceites e emissão de títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.

j. Ativos e passivos contingentes e provisões

Ativos e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a Administração da Companhia acredita que sua realização é praticamente certa, o que geralmente corresponde a processos com decisões favoráveis, em julgamentos finais e inapeláveis, finalização de processos em decorrência de liquidação por pagamento ou como resultado de um acordo para compensar um passivo existente.

As provisões decorrem principalmente de processos administrativos e ações judiciais, inerentes ao curso normal dos negócios. Essas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração a opinião de consultores jurídicos quando for provável que sejam necessários recursos financeiros para liquidar as obrigações e cujo valor possa ser estimado com razoável segurança.

Os passivos contingentes são classificados de acordo com sua probabilidade de perda como:

- **Provável:** são reconhecidas provisões para o passivo no balanço patrimonial;
- **Possível:** divulgados nas demonstrações financeiras, mas para as quais nenhuma provisão é reconhecida; e
- **Remoto:** não requerem provisão e nem divulgação.

O valor dos depósitos judiciais é ajustado de acordo com a legislação vigente.

k. Plano de opção de compra de ações e RSUs

A Companhia mantém um plano estruturado por meio de outorgas de opções de compra de ações e *Restricted Stock Units* (RSU), de ações da Nu Holdings Ltd. que é classificado como pagamento baseado em ações liquidadas pela entrega de instrumentos patrimoniais para fins de CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações.

O objetivo é conceder, aos colaboradores da Companhia, a opção de se tornarem acionistas da Holding, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos seus interesses com os interesses dos acionistas. O valor justo das opções e RSUs concedidas pela Holding, calculado na data de cada outorga, é reconhecido no resultado da Companhia durante o período no qual o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas) em contrapartida do patrimônio líquido da Companhia. No fim de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções e RSUs cujos direitos devem ser exercidos e adquiridos; e com base nas condições estabelecidas. Para fins contábeis, o valor justo das opções e dos RSUs não são revisados posteriormente à data de outorga.

A Companhia provisiona os impostos corporativos com base no valor justo das ações e reconhece no resultado da Companhia durante o período no qual o direito é adquirido em contrapartida de Outras obrigações, refletindo transações com pagamento baseado em ações liquidado em caixa. Adicionalmente, a Companhia retém ações no momento da aquisição do direito com o objetivo de liquidar os impostos devidos pelo empregado; e o valor justo das ações retidas é reconhecido como dedução da reserva de capital. Os impostos são pagos de acordo com o recebimento das ações pelos empregados e seu cálculo é ajustado sempre que há alteração no valor justo da ação ordinária da Companhia.

A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na rubrica despesa com pessoal na demonstração do resultado, em contrapartida à reserva de capital no patrimônio líquido para os valores outorgados de opções e RSUs; e em contrapartida do passivo a reserva de capital para os valores referentes a provisão de impostos sobre o RSUs.

I. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social corrente, originam-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados no final de cada exercício sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica “Créditos tributários”.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando do pagamento e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da CSLL do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados através dos estudos técnicos realizados pela administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre lucro tributável excedente de R\$ 240 (duzentos e quarenta mil reais). Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

m. Resultado por ação

O resultado por ação da Companhia é calculado dividindo-se o resultado líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias e preferenciais totais no final do exercício.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a. Disponibilidades

	30/06/2020	31/12/2019
Banco - conta movimento.....	11.385	8.924
Depósitos em conta de pagamento (nota 13).....	119.751	4.710
Disponibilidades em moeda estrangeira	5	-
Total	131.141	13.634

b. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	30/06/2020		31/12/2019
	0 - 30	Total	Total
Posição bancada	5.493.998	5.493.998	2.056.990
Notas do Tesouro Nacional - NTN.....	4.493.998	4.493.998	1.999.996
Letras do Tesouro Nacional - LTN.....	1.000.000	1.000.000	-
Letras Financeira do Tesouro - LFT.....	-	-	56.994
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	17.138
Operações interbancárias.....	-	-	17.138
Total	5.493.998	5.493.998	2.074.128

As aplicações interfinanceiras de liquidez realizadas pela Companhia são *overnight*, desta forma a Companhia não possui aplicações interfinanceiras de longo prazo.

A taxa média das aplicações compromissadas em 30 de junho de 2020 correspondem a aproximadamente 100% da taxa referencial de juros ("DI"). A taxa média das aplicações compromissadas e das operações interfinanceiras em 31 de dezembro de 2019 variam entre 100% e 102,45% do DI.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	30/06/2020	31/12/2019
Carteira própria.....	6.598.123	1.586.184
Vinculado a prestação de garantia.....	1.258.658	1.799.844
Total	7.856.781	3.386.028
Circulante.....	7.856.781	3.386.028
Não circulante.....	-	-

a. Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento contratual

	30/06/2020					31/12/2019
	Custo amortizável	Valor de Mercado	Sem vencimento	Abaixo de 365	Acima de 365	Valor de Mercado
Carteira própria	6.521.611	6.598.123	560.935	301.850	5.735.338	1.586.184
Para negociação.....	5.961.010	6.037.188	-	301.850	5.735.338	1.536.840
Disponível para venda.....	560.601	560.935	560.935	-	-	49.344
Vinculado à prestação de garantias	1.252.949	1.258.658	-	-	1.258.658	1.799.844
Para negociação.....	1.252.949	1.258.658	-	-	1.258.658	1.799.844
Total	7.774.560	7.856.781	560.935	301.850	6.993.996	3.386.028

b. Para negociação

	30/06/2020			31/12/2019	
	Custo amortizável	Valor de Mercado	Abaixo de 365	Acima de 365	Valor de Mercado
Carteira própria	5.961.010	6.037.188	301.850	5.735.338	1.536.840
Títulos públicos - Brasil	5.961.010	6.037.188	301.850	5.735.338	1.536.840
Letras do Tesouro Nacional	4.438.267	4.514.660	-	4.514.660	1.533.736
Letras Financeiras do Tesouro	1.521.734	1.521.477	301.850	1.219.627	2.061
Notas do Tesouro Nacional	1.009	1.051	-	1.051	1.043
Vinculados a prestação de garantias	1.252.949	1.258.658	-	1.258.658	1.799.844
Títulos públicos - Brasil	185.458	191.381	-	191.381	166.659
Letras do Tesouro Nacional	185.426	191.349	-	191.349	166.628
Letras Financeiras do Tesouro	32	32	-	32	31
Títulos públicos - Brasil vinculados ao RDBV	1.067.491	1.067.277	-	1.067.277	1.633.185
Letras Financeiras do Tesouro	1.067.491	1.067.277	-	1.067.277	1.633.185
Total	7.213.959	7.295.846	301.850	6.993.996	3.336.684

c. Disponíveis para venda

	30/06/2020			31/12/2019	
	Custo amortizável	Valor de Mercado	Sem vencimento	Valor de Mercado	
Carteira própria	560.601	560.935	560.935	49.344	
Cotas de fundos de investimento	560.601	560.935	560.935	49.344	
Cotas de fundos de investimento (i)	560.601	560.935	560.935	49.344	
Total	560.601	560.935	560.935	49.344	

(i) Refere-se à aplicação em cotas de fundo de investimento, não exclusivo, que investe principalmente em títulos soberano brasileiros com rendimento de 95% do DI. O valor de mercado dessa aplicação é apurado com base no valor da cota divulgado pelos administradores do fundo.

Os ajustes ao valor de mercado não realizados dos títulos disponíveis para venda que se encontram em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido somam R\$334 e R\$0 em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, respectivamente.

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários entre categorias durante o semestre findo em 30 de junho de 2020.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia está autorizada a executar transações com instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às suas próprias necessidades, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. A administração desses riscos é realizada através da determinação de limites e de estratégias operacionais.

a. Valores de referência por fator de risco e prazo de vencimento

	30/06/2020			31/12/2019	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Contratos de futuros					
Compromissos de compra	-	-	6.975	6.975	39.978
Taxa de juros	-	-	6.975	6.975	39.978
Compromissos de venda	80.866	185.733	4.744.927	5.011.526	2.000.596
Taxa de juros	80.866	185.733	4.744.927	5.011.526	2.000.596
Contratos de swaps	-	-	53.100	53.100	53.100
Taxa de juros	-	-	53.100	53.100	53.100
Total	80.866	185.733	4.805.001	5.071.601	93.078

b. Valores a receber e a pagar de contratos de futuro por fator de risco

	30/06/2020		
	Valor de referência	Valores a receber	Valores a pagar
Taxa de juros	5.018.501	76	5.437
Futuro - DI	5.018.501	76	5.437
Total	5.018.501	76	5.437

	31/12/2019		
	Valor de referência	Valores a receber	Valores a pagar
Taxa de juros	2.040.575	212	4.369
Futuro - DI	2.040.575	212	4.369
Total	2.040.575	212	4.369

Os contratos de futuros são negociados na bolsa de valores, tendo como contraparte a própria B3.

Em junho de 2020 o valor total das margens dadas em garantia pela Companhia em operações em bolsa era de R\$191.381 (R\$166.659 em 2019) e são compostas em sua totalidade por títulos públicos.

c. Valores a receber e a pagar de contratos de swap por fator de risco.

	30/06/2020					
	Valor de Referência	Custo amortizável		Valor de Mercado		Diferencial a Receber/(Pagar)
		Ponta Ativa	Ponta Passiva	Ponta Ativa	Ponta Passiva	
Swap Pré x DI	53.100	60.155	57.404	84.149	71.420	750
Total	53.100	60.155	57.404	84.149	71.420	750

	31/12/2019					
	Valor de Referência	Custo amortizável		Valor de Mercado		Diferencial a Receber/(Pagar)
		Ponta Ativa	Ponta Passiva	Ponta Ativa	Ponta Passiva	
Swap Pré x DI	53.100	56.720	55.769	80.549	71.556	730
Total	53.100	56.720	55.769	80.549	71.556	730

Os contratos de swap possuem liquidação diária e são negociados em Balcão com instituições financeiras como contraparte.

O montante de diferencial a receber/(pagar) constante no balanço patrimonial de junho de 2020 se refere à variação de mercado entre os dias 29 e 30 do mesmo mês.

d. Análise dos derivativos designados como hedge de risco de mercado

Hedge de taxa de juros

A Companhia acessa o mercado para obter financiamento, emitindo dívida a uma taxa pré-fixada. Para se proteger de eventuais oscilações na mudança da taxa de juros, que é o componente de risco do objeto protegido, a Companhia realizou operações com derivativos a fim de compensar os riscos decorrentes da sua exposição a variações no valor de mercado. A eficácia é avaliada usando técnicas de regressão linear onde comparamos as variações no valor justo da dívida, excluindo a variação devido ao risco de crédito da Companhia, devido a mudança na taxa de juros com o componente ativo do derivativo de taxa de juros. A diferença entre as mudanças nos valores justos é considerado inefetividade.

Em 9 de março de 2020, a operação de hedge de risco de mercado realizada pela companhia ultrapassou os limites de efetividade estabelecidos pela Circular do BACEN nº 3.082/2002, sendo assim, foi descontinuada a contabilidade de hedge. O saldo correspondente ao ajuste ao valor justo do item objeto do hedge existente na data do encerramento do hedge contábil, passou a ser amortizado pelo prazo contratual dessa operação. A despesa de marcação a mercado da letra financeira subordinada (objeto de hedge) reconhecido até o momento da descontinuidade do Hedge totaliza, no semestre findo em 30 de junho de 2020, R\$1.769 sendo apresentado na rubrica Despesa de juros e similares da demonstração de resultado. O impacto no resultado decorrente da amortização do valor justo do item objeto de hedge totalizou R\$772, sendo apresentado na rubrica Despesa de juros e similares da demonstração de resultado.

	31/12/2019				
	Objeto de hedge		Inefetividade do hedge	Instrumento de hedge	
	Valor contábil	Variação		Valor nominal	Resultado
Risco de taxa de Juros	88.772	8.620	373	53.100	8.993
Hedge de Captações.....	88.772	8.620	373	53.100	8.993
Total	88.772	8.620	373	53.100	8.993

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a. Composição das operações de crédito

	30/06/2020	31/12/2019
Empréstimo pessoal.....	332.693	253.971
Cartão de crédito.....	255	-
Total	332.948	253.971
Circulante.....	291.253	214.157
Não circulante.....	41.695	39.814
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (nota 7 e)	(63.818)	(20.110)
Circulante.....	(55.826)	(16.957)
Não circulante.....	(7.992)	(3.153)

As operações de crédito da Companhia são destinadas somente a pessoas físicas, de modo que não possui concentração de contraparte.

No primeiro semestre de 2020, a Nu Financeira passou a conceder crédito para transações de cartão de crédito relativas a faturas vencidas, parceladas, saldos rotativos, entre outros originados pelos clientes da sua controladora Nu Pagamentos.

b. Composição das operações de crédito por vencimento

	30/06/2020	31/12/2019
Curso Normal	272.458	232.206
Parcelas vencidas	730	931
Até 14 dias	730	931
Parcelas a vencer	271.728	231.275
até 3 meses	94.285	75.297
3 a 6 meses	68.711	53.787
6 a 12 meses	71.758	64.401
acima de 12 meses	36.974	37.790
Curso Anormal	60.490	21.765
Parcelas vencidas	27.265	6.534
Acima de 14 dias	27.265	6.534
Parcelas a vencer	33.225	15.231
até 3 meses	12.430	5.832
3 a 6 meses	7.660	3.505
6 a 12 meses	8.414	3.870
acima de 12 meses	4.721	2.024
Total	332.948	253.971

A tabela abaixo apresenta as operações de crédito somando todas as parcelas de uma operação de acordo com o nível de risco mais elevado.

c. Classificação das operações de crédito por níveis de risco - Resolução 2.682/99 do CMN

Nível	30/06/2020			31/12/2019		
	Curso normal	Curso anormal	Total	Curso normal	Curso anormal	Total
A	269.856	-	269.856	232.206	-	232.206
B	1.020	4.124	5.144	-	4.229	4.229
C	838	5.091	5.929	-	5.925	5.925
D	343	8.747	9.090	-	3.788	3.788
E	181	8.159	8.340	-	3.115	3.115
F	53	6.826	6.879	-	1.762	1.762
G	54	6.089	6.143	-	1.474	1.474
H	113	21.454	21.567	-	1.472	1.472
Total	272.458	60.490	332.948	232.206	21.765	253.971

d. Classificação das operações de crédito e respectivas provisões para perda por níveis de risco de acordo com modelos internos de avaliação

Nível de Risco	30/06/2020			Provisão total	Índice de cobertura %
	Curso normal	Curso anormal	Total		
1	7.942	15	7.957	(29)	0,4%
2	154.659	377	155.036	(2.178)	1,4%
3	36.540	1.039	37.579	(1.879)	5,0%
4	27.090	4.987	32.077	(5.191)	16,2%
5	46.227	54.072	100.299	(54.541)	54,4%
Total	272.458	60.490	332.948	(63.818)	19,2%

31/12/2019					
Nível de Risco	Curso normal	Curso anormal	Total	Provisão total	Índice de cobertura %
1	6.788	51	6.839	(22)	0,3%
2	125.123	607	125.730	(1.838)	1,5%
3	47.088	1.493	48.581	(2.599)	5,3%
4	47.768	5.978	53.746	(7.143)	13,3%
5	5.439	13.636	19.075	(8.508)	44,6%
Total	232.206	21.765	253.971	(20.110)	7,9%

Para gestão do risco de crédito, a Companhia utiliza modelos internos, considerando a situação econômico-financeira dos clientes e a pontualidade destes no cumprimento com suas obrigações financeiras passadas. O cálculo da provisão pelo modelo interno leva em consideração tais modelos para estimar a perda esperada bem como a probabilidade de que a exposição seja caracterizada como ativo problemático.

O cenário macroeconômico sofreu relevante alteração, principalmente a partir da segunda quinzena de março, decorrente dos impactos e aprofundamento da COVID-19.

Diante desse cenário, ocorreu uma desaceleração na concessão de novos empréstimos, e uma migração natural de créditos de curso normal para curso anormal em decorrência da maturidade e formação da carteira de crédito. Os movimentos de provisão e aumento do índice de cobertura total do portfólio refletem essas alterações das características de risco do portfólio, além dos impactos macroeconômicos esperados decorrentes da crise econômica causada pela pandemia.

Abaixo está o detalhamento dos níveis de risco de cada um dos grupos discriminados na tabela acima:

Nível de risco	Probabilidade de inadimplência
1	< 1.0%
2	1.0% a 5.0%
3	5.0% a 20.0%
4	20.0% a 35.0%
5	> 35.0%

e. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	30/06/2020	30/06/2019	31/12/2020 (Exercício)
Saldo no início do semestre/exercício	(20.110)	-	-
(Constituição)/Reversão de provisão	(45.151)	(3.058)	(20.110)
Créditos baixados para prejuízo	1.443	-	-
Saldo no final do semestre/exercício	(63.818)	(3.058)	(20.110)

f. Despesa de provisão para perdas associadas ao risco de crédito

	30/06/2020	30/06/2020
Constituição de provisão	(54.434)	(3.058)
Reversão de provisão	9.283	-
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(45.151)	(3.058)

g. Operações renegociadas

O montante das operações renegociadas no semestre e exercício findo em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 totalizaram, respectivamente, R\$59.587 e R\$14.

8. OUTROS CRÉDITOS

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Operações adquiridas em cessão (i) - Partes relacionadas (Nota 13)	502.126	502.273
Valores pendentes de liquidação (ii) - Partes relacionadas (Nota 13)	114.137	31
Impostos e contribuições a compensar	2.015	-
Outros	74	-
Total	618.352	502.304
Circulante	283.207	196.749
Não circulante	335.145	305.555

(i) Refere-se a valores adquiridos em operações de cessão entre a Companhia e sua Controladora. A Companhia cedente possui 100% de coobrigação sobre os títulos e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos subjacentes.

(ii) Refere-se a valores pendentes de liquidação de empréstimos concedidos e de depósitos a prazo emitidos, entre a Companhia e sua Controladora, decorrentes de operações com os clientes do grupo.

9. DEPÓSITOS

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Recibo de depósito Bancário (RDB)	12.486.763	4.094.037
Recibo de depósito Bancário Vinculados (RDBV)	893.663	1.425.862
Total	13.380.426	5.519.899

Em junho de 2019, foi lançado o Recibo de Depósito Bancário (RDB) da Nu Financeira como uma nova opção de aplicação na Conta do Nubank. Tais recursos aplicados no RDB possuem liquidez diária, com remuneração indexada a 100% do CDI e garantia do Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

Em novembro de 2019, a Companhia emitiu uma nova modalidade de Recibo de Depósito Bancário Vinculados (RDBV), 100% vinculados a títulos públicos, com remuneração indexada a 100% do CDI, e também distribuídos via Conta do Nubank. A partir de março de 2020 o montante de RDBV foi reclassificado para a rubrica contábil de Depósitos a prazo (anteriormente apresentado na rubrica de dívidas subordinadas).

Todos os depósitos são considerados de curto prazo, ou seja, classificados no passivo circulante.

10. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a. Composição dos recursos de aceites e emissão de títulos

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Instrumentos de dívida emitidos	411.323	402.572
Letras financeiras	316.950	310.588
Letras de câmbio	94.373	91.984
Instrumentos de dívida elegíveis a capital emitidos	94.006	88.018
Letras financeiras subordinadas	94.006	88.018
Total	505.329	490.590
Circulante	355.882	3.990
Não circulante	149.447	486.600

b. Abertura por vencimento

	30/06/2019			31/12/2019	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Instrumentos emitidos	-	355.882	55.441	411.323	402.572
Letras financeiras	-	316.950	-	316.950	310.588
Letras de câmbio	-	38.932	55.441	94.373	91.984
Instrumentos de dívida elegíveis a capital emitidos	-	-	94.006	94.006	88.018
Letras financeiras subordinadas (i)	-	-	94.006	94.006	88.018
Total	-	355.882	149.447	505.329	490.590

(i) Os instrumentos elegíveis a capital emitidos pela Companhia possuem opção de recompra a partir de 2024, juros fixos (12,8% a.a.), e contém cláusula de subordinação para compor o Nível II do Patrimônio de Referência.

c. Movimentação dos títulos emitidos

	31/12/2019				30/06/2020	
	Saldo Inicial	Captação	Juros	Marcação a mercado	Saldo Final	
Instrumentos emitidos	402.572	-	8.751	-	411.323	
Letras financeiras	310.588	-	6.362	-	316.950	
Letras de câmbio	91.984	-	2.389	-	94.373	
Instrumentos de dívida elegíveis a capital emitidos	88.018	-	4.991	997	94.006	
Letras financeiras subordinadas	88.018	-	4.991	997	94.006	
Total	490.590	-	13.742	997	505.329	

	31/12/2018				31/12/2019	
	Saldo Inicial	Captação	Juros	Marcação a mercado	Saldo Final	
Instrumentos emitidos	3.719	383.350	15.503	-	402.572	
Letras financeiras	-	300.000	10.588	-	310.588	
Letras de câmbio	3.719	83.350	4.915	-	91.984	
Instrumentos de dívida elegíveis a capital emitidos	-	75.000	4.398	8.620	88.018	
Letras financeiras subordinadas	-	75.000	4.398	8.620	88.018	
Total	3.719	458.350	19.901	8.620	490.590	

Em junho de 2020, os títulos emitidos são indexados a percentuais da taxa referencial de juros (DI) e a taxa de juros pré-fixadas. Os títulos indexados à taxa referencial de juros (DI) variam entre 113% e 119% e os títulos indexados à taxa pré fixada entre 8,35% e 12,80%.

11. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Valores pendentes de liquidação (i) - Partes relacionadas (Nota 13)	223.047	94.831
Valores a pagar - Partes relacionadas (Nota 13)	6.400	3.436
Fiscais e previdenciárias	3.487	1.088
Provisões com folha de pagamento	1.611	308
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	455	765
Diversos	3.002	1.133
Total	238.002	101.561
Circulante	238.002	101.561
Não circulante	-	-

(i) Refere-se a valores a liquidar entre a Companhia e sua Controladora, decorrentes de empréstimos concedidos e de depósitos a prazo emitidos originados por transações efetuadas pelos clientes do grupo.

12. PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

a. Provisão para obrigações legais

As provisões reconhecidas contabilmente estão representadas por ações cíveis de relação de consumo. A administração constituiu provisão em 30 de junho de 2020 no montante de R\$5 (R\$0 em 31 de dezembro de 2019) considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas.

b. Movimentação das provisões cíveis

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo inicial no semestre/exercício	-	-
Constituição	5	-
Utilização / reversão	-	-
Saldo final	5	-

c. Contingências passivas

Existem processos cíveis de relação de consumo classificados como de perda possível pelos nossos assessores jurídicos no montante de R\$7 em 30 de junho de 2020 (R\$0 em 31 de dezembro de 2019).

13. PARTES RELACIONADAS

Partes relacionadas são os controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares.

As transações mais relevantes da Companhia com partes relacionadas, resumem-se em saldos disponíveis em conta de pagamento pré-paga, de titularidade da Nu Financeira; operação de aquisição de recebíveis de transações de pagamento (com 100% de coobrigação por parte da Controladora Nu Pagamentos); rateio de despesas e prestação de serviços e outros valores pendentes de liquidação entre a Companhia e sua Controladora Nu Pagamentos.

No curso normal dos negócios, a Companhia emite empréstimos e recebe depósitos de funcionários, diretores e acionistas do Nubank. Essas transações ocorrem em termos semelhantes, inclusive taxas de juros e limites, aos vigentes à época para transações comparáveis com pessoas não relacionadas e não envolvem mais do que o risco normal de recebimento.

As operações entre partes relacionadas são realizadas dentro das condições normais de mercado.

Não existem benefícios pós emprego tais como pensões e outros benefícios de aposentadoria.

Os saldos de operações com partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo		
Disponibilidades	119.751	4.710
Depósitos em moeda eletrônica - Nu Pagamentos S.A. - Controladora	119.751	4.710
Outros créditos	616.263	502.304
Operação adquirida em cessão - Nu Pagamentos - Controladora	502.126	502.273
Operação pendente de liquidação - Nu Pagamentos - Controladora	114.137	31
Passivo		
Outras obrigações	229.447	98.267
Operações a liquidar - Nu Pagamentos - Controladora	223.047	94.831
Rateio despesas - Nu pagamentos - Controladora	5.269	579
Serviços contratados - Nu Pagamentos - Controladora	1.131	2.857
Recursos de aceites e emissão de títulos	2.740	2.684
Letras de câmbio emitidas - Nu Fundo de Investimento	2.740	2.684
Patrimônio líquido		
Reserva de capital	3.099	475
Plano de ações - Nu Holdings - Controladora Indireta	3.099	475
	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Resultado		
Rendas de créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	13.194	-
Resultado de operação de cessão - Nu Pagamentos - Controladora	13.194	-
Despesa de juros e similares	(56)	-
Despesa com títulos emitidos - Nu Fundo de Investimento	(56)	-
Outras despesas administrativas	(7.376)	(2.161)
Serviços especializados - Nu Pagamentos - Controladora	(4.786)	(1.555)
Rateio de despesas - Nu Pagamentos - Controladora	(2.590)	(606)
Despesa de pessoal	(19.657)	(9.362)
Rateio salários e ordenados - Nu Pagamentos - Controladora	(15.757)	(7.748)
Honorários da administração	(1.276)	(1.342)
Plano de ações - Nu Holdings - Controladora Indireta	(2.624)	(272)

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social da Companhia é de R\$330.000 (R\$130.000 em 2019), e está representado por 330.000.001 (130.000.001 em 2019) ações ordinárias, sem valor nominal, subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país.

Em assembleia geral extraordinária, realizada em 6 de março de 2020, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$200.000 com emissão de 200.000.000 ações ordinárias, sendo autorizado pelo Banco Central em 6 de abril de 2020.

b. Reserva de capital

A controladora, Nu Pagamentos, conta com planos de ações composto por (i) um Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano de Opção”), aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de julho de 2013, cuja última alteração realizada ocorreu na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 8 de maio de 2015, e (ii) um *Omnibus* Plano de *Restricted Stock Units* (RSU), aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de janeiro de 2020, pela qual são elegíveis a receber opções de compra de ações os colaboradores da Companhia.

Ao final do ano de 2016, a controladora da Companhia transferiu o Plano de Opção para a Nu Holdings Ltd., sua controladora indireta. Desde então, as novas outorgas ocorrem na Nu Holdings Ltd., e não mais na controladora.

A Nu Financeira reconheceu despesas relativas às outorgas do Plano de Opção e RSUs para funcionários da Companhia, nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019, os montantes de R\$2.688 e R\$272, respectivamente, em contrapartida de reservas de capital no patrimônio líquido; e despesas de impostos corporativos relacionados a RSUs nos montantes de R\$336 e R\$0, nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019, respectivamente.

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o saldo total da reserva de capital era de R\$3.099, e R\$475, respectivamente.

15. RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Receita de operação de crédito	67.646	3.146
Receita de juros de empréstimo pessoal.....	67.646	3.146
Resultado de títulos e valores mobiliários	233.403	4.980
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez.....	40.267	-
Resultado de títulos públicos.....	189.262	525
Resultado de cotas de fundo de investimento.....	3.874	4.455
Rendas de créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	13.194	-
Total	314.243	8.126

16. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Despesa de juros e similares	(157.884)	(6.961)
Despesa de juros com depósitos remunerados.....	(142.806)	(121)
Despesa com títulos emitidos.....	(13.742)	(3.430)
Marcação a mercado - Letra financeira subordinada (Nota 6).....	(997)	(3.410)
Despesa com descontos concedidos.....	(339)	-
Resultado com instrumentos derivativos	(101.757)	2.607
Resultado com swap.....	3.610	2.607
Resultado com futuro DI.....	(105.367)	-
Despesa com tarifas e similares	(7.409)	(168)
Total	(267.050)	(4.522)

17. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Outras despesas relacionadas a crédito	(7)	-
Despesas com análise de crédito e cobrança.....	(7)	-
Despesas de infraestrutura e processamento de dados	(1.490)	(472)
Despesas de pessoal	(25.648)	(10.493)
Proventos.....	(19.777)	(8.548)
Encargos sociais.....	(1.721)	(275)
Honorários da administração.....	(1.276)	(1.342)
Plano de ações.....	(2.688)	(272)
Outras despesas de pessoal.....	(186)	(56)
Despesa tributária	(2.470)	(334)
PIS e COFINS.....	(2.467)	(331)
Outras despesas tributárias.....	(3)	(3)
Despesas de provisões	(5)	-
Outras despesas administrativas	(8.238)	(2.541)
Despesas de marketing.....	(1)	-
Despesas de tecnologia.....	(162)	-
Despesas de escritório.....	(1.250)	(274)
Despesas de serviços especializados.....	(5.019)	(1.871)
Outras despesas administrativas.....	(1.806)	(396)
Outras despesas operacionais	(20.591)	(41)
Perdas com riscos operacionais.....	(20.591)	(41)
Total	(58.449)	(13.881)

18. TRIBUTOS

a. Demonstrativo do cálculo dos valores de imposto de renda e contribuição social

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	(56.407)	(13.335)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social.....	22.563	5.333
Adições/exclusões permanentes.....	(4.772)	(127)
Outros.....		
Imposto de renda e contribuição social do semestre	17.791	5.206
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	-	-
Tributos diferidos.....	17.791	5.206
Tributos diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes.....	-	-
Imposto de renda e contribuição social do semestre	17.791	5.206
Alíquota efetiva.....	31,5%	39,0%

b. Saldo e movimentação de créditos tributários

O ativo e passivo fiscais diferidos, demonstrados no quadro acima, foram constituídos sobre prejuízo fiscal / base negativa da contribuição social sobre lucro líquido e diferenças temporárias conforme demonstrado abaixo na nota explicativa.

	Saldo em 30/06/2019	Constituição/(Realização)		Saldo em 31/12/2018
		Resultado abrangente	Resultado	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	21.376	-	13.700	7.676
Outras provisões passivas	707	-	554	153
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	38.256	-	34.512	3.744
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	60.339	-	48.766	11.573
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	3.417	-	1.969	1.448
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	63.756	-	50.735	13.021
Marcação a mercado - Títulos para negociação	(32.944)	-	(32.944)	-
Marcação a mercado - Títulos disponíveis para a venda	(133)	(133)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo	(33.077)	(133)	(32.944)	-
Total de movimentação		(133)	17.791	

	Saldo em 30/06/2019	Constituição/(Realização)		Saldo em 31/12/2018
		Resultado abrangente	Resultado	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.223	-	1.223	-
Outras provisões passivas	1.364	-	1.364	-
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	-	-	-	-
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	2.587	-	2.587	-
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	4.159	-	2.675	1.484
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	6.746	-	5.262	1.484
Marcação a mercado - Títulos para negociação	(56)	-	(56)	-
Marcação a mercado - Títulos disponíveis para a venda	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo	(56)	-	(56)	-
Total de movimentação		-	5.206	

c. Realização do crédito tributário

	30/06/2020	30/06/2019
2020	7.152	5.043
2021	23.329	885
Após 2021	33.275	818
Total	63.756	6.746

O valor presente dos créditos tributários contabilizados em 30 de junho de 2020 é de R\$62.643.

19. COBERTURA DE SEGUROS

O grupo Nubank adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 30 de junho de 2020, a cobertura de seguro mais relevante é do risco operacional no valor de R\$174.600, cobrindo os riscos relacionados a incêndios, explosões e danos elétricos.

20. VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A tabela a seguir mostra um resumo do valor justo, em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, dos ativos e passivos financeiros indicados abaixo, classificados com base nos vários métodos de mensuração utilizados pela Companhia para determinar seu valor justo.

	30/06/2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Títulos e valores mobiliários	7.295.846	560.935	-	7.856.781
Para negociação	7.295.846	-	-	7.295.846
Títulos públicos - Brasil	6.228.569	-	-	6.228.569
Letras do Tesouro Nacional	4.706.009	-	-	4.706.009
Letras Financeiras do Tesouro	1.521.509	-	-	1.521.509
Notas do Tesouro Nacional	1.051	-	-	1.051
Títulos públicos - Brasil vinculados ao RDBV	1.067.277	-	-	1.067.277
Letras Financeiras do Tesouro	1.067.277	-	-	1.067.277
Disponível para venda	-	560.935	-	560.935
Cotas de fundos de investimento	-	560.935	-	560.935
Cotas de fundos de investimento	-	560.935	-	560.935
Instrumentos financeiros derivativos	76	750	-	826
Contratos de futuros	76	-	-	76
Contratos de swap	-	750	-	750
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	5.437	-	-	5.437
Contratos de futuros	5.437	-	-	5.437
Títulos emitidos	-	-	94.006	94.006
Letras financeiras subordinadas	-	-	94.006	94.006
Total	7.301.359	561.685	94.006	7.957.050

	31/12/2019			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Títulos e valores mobiliários	3.336.684	49.344	-	3.386.028
Para negociação	3.336.684	-	-	3.336.684
Títulos públicos - Brasil	1.703.499	-	-	1.703.499
Letras do Tesouro Nacional.....	1.700.364	-	-	1.700.364
Letras Financeiras do Tesouro.....	2.092	-	-	2.092
Notas do Tesouro Nacional.....	1.043	-	-	1.043
Títulos públicos - Brasil vinculados ao RDB-V	1.633.185	-	-	1.633.185
Letras Financeiras do Tesouro.....	1.633.185	-	-	1.633.185
Disponível para venda	-	49.344	-	49.344
Cotas de fundos de investimento	-	49.344	-	49.344
Cotas de fundos de investimento.....	-	49.344	-	49.344
Instrumentos financeiros derivativos	212	730	-	942
Contratos de futuros.....	212	-	-	212
Contratos de swap.....	-	730	-	730
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	4.369	-	-	4.369
Contratos de futuros.....	4.369	-	-	4.369
Títulos emitidos	-	-	88.018	88.018
Letras financeiras subordinadas.....	-	-	88.018	88.018
Total	3.341.265	50.074	88.018	3.479.357

Transferências entre níveis da hierarquia do valor justo

As transferências entre níveis da hierarquia do valor justo são relatadas regularmente ao longo do ano. Em 2020 e 2019, não houve transferências significativas de instrumentos financeiros entre nenhum dos níveis.

21. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A estrutura de gerenciamento de riscos do Nubank é apropriada para seu porte e a complexidade de seus negócios, o que permite o acompanhamento, monitoramento e controle dos riscos aos quais está exposto.

O Nubank prioriza os riscos que têm um impacto material em seus objetivos estratégicos. A estrutura de gerenciamento de riscos realiza a identificação e avaliação de riscos com o objetivo de selecionar os riscos que são chaves para buscar oportunidades potenciais e/ou que podem impedir a criação, preservação e realização de valor, ou que podem corroer o valor já existente, com a possibilidade de haver impactos nos resultados, capital, liquidez e reputação.

O processo de gerenciamento de riscos permeia toda a Companhia, estando alinhado às diretrizes da administração e dos executivos, que, por meio de comitês e outras reuniões internas, definem os objetivos da Companhia, incluindo o apetite ao risco. Por outro lado, as unidades de controle e gerenciamento de capital fornecem suporte à administração por meio de processos de monitoramento e análise de risco e capital.

Nubank considera que uma Declaração de Apetite ao Risco ("RAS") é um instrumento essencial para apoiar o gerenciamento de riscos e a tomada de decisão. Portanto, seu desenvolvimento está alinhado ao plano de negócios, desenvolvimento da estratégia e capital da Companhia. O Nubank implementou um RAS que prioriza os principais riscos e, para cada um desses riscos, foram implementadas declarações qualitativas e medidas quantitativas expressas em relação a ganhos, capital, mensuração de risco, liquidez e outras medidas relevantes, conforme apropriado.

A estrutura de gerenciamento de riscos do Nubank permeia a Companhia como um todo, permitindo que os riscos inerentes sejam adequadamente identificados, medidos, mitigados, rastreados e relatados para apoiar o desenvolvimento de suas atividades. Assim, a Administração do Nubank adota o modelo de três linhas de defesa, como segue:

- **Primeira linha de defesa:** funções ou atividades de negócios que geram exposição a um risco, cujos gerentes são responsáveis por sua administração de acordo com políticas, limites e outras condições definidas e aprovadas pelos Diretores Executivos. A primeira linha de defesa deve ter os meios para identificar, medir, tratar e relatar os riscos assumidos.

- **Segunda linha de defesa:** consiste nas áreas de gerenciamento de riscos, controles internos e compliance. Garante um controle eficaz dos riscos e garante que os riscos sejam gerenciados de acordo com o nível de apetite definido. É responsável por propor políticas de gerenciamento de riscos, desenvolver modelos, metodologias e supervisionar a primeira linha de defesa.

- **Terceira linha de defesa:** composta pela auditoria interna, é responsável por avaliar periodicamente de forma independente se as políticas, métodos e procedimentos são apropriados, além de provar sua efetiva implementação.

Outro elemento importante da estrutura de gerenciamento de risco do Nubank é a estrutura de comitês e fóruns técnicos. Esses órgãos de governança são projetados para acompanhar e tomar decisões sobre aspectos associados à administração e controle da Companhia. Os principais comitês e fóruns estão descritos abaixo:

- **Comitê de Riscos:** seu objetivo é assessorar o *Chief Executive Officer* (CEO) e outros diretores no desempenho de suas funções de gerenciamento e controle de riscos, monitorando o nível de exposição a riscos de acordo com a RAS. Também visa adotar estratégias, políticas e medidas destinadas a disseminar a cultura de controles internos e mitigação de riscos aplicáveis ao Nubank. Ocorre mensalmente e seus membros obrigatórios são o CEO, o *Chief Risk Officer* (CRO) e um membro não executivo independente.

- **Comitê de Crédito:** tem como objetivo apresentar, discutir e aprovar mudanças nas políticas de crédito, considerando desempenho histórico e cenários futuros. Ocorre mensalmente e seus membros obrigatórios são o Diretor de Crédito e o CRO.

- **Comitê de Auditoria:** seu principal objetivo é garantir a qualidade e integridade das informações financeiras, assim como avaliar o desempenho e qualidade dos trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Externa. Ocorre regularmente e seus membros são três membros independentes não executivos..

- **Fóruns Técnicos:** reuniões regulares para discutir e propor recomendações ao Comitê de Riscos. Cada um dos tópicos a seguir possui seu próprio fórum técnico, com a participação de executivos de áreas associadas: Controladoria, Risco Operacional e Controles Internos, Gerenciamento de Ativos e Passivos (ALM) / Riscos de Capital, Crédito e Tecnologia da Informação (TI), Proteção de Dados, *Compliance* para Fraudes e Combate à Lavagem de Dinheiro (AML). Cada fórum técnico ocorre mensalmente.

Os riscos que monitoramos ativamente incluem crédito, mercado, liquidez, operacional, tecnologia da informação e capital. O gerenciamento desses riscos é realizado através do modelo de três linhas de defesa e considerando políticas, procedimentos em vigor, bem como os limites e fatores da Declaração de Apetite ao Risco.

Diante da crise provocada pelo COVID-19, a Companhia criou um Comitê de Crise com participação direta da administração e monitoramento diário dos principais indicadores da Companhia, englobando os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e estratégico, bem como o monitoramento diário das iniciativas governamentais e novas propostas legislativas decorrentes da pandemia. O objetivo das discussões diárias é antecipar possíveis mudanças no perfil de risco dos clientes e alterações do cenário externo, com o objetivo de tomar decisões mais tempestivas diante de diferentes cenários na crise atual.

a. Risco de crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas a: falha de clientes ou contrapartes no pagamento de suas obrigações contratuais; a depreciação ou redução dos ganhos esperados dos instrumentos financeiros devido à deterioração da qualidade de crédito de clientes ou contrapartes; os custos de recuperação da exposição deteriorada; e a qualquer vantagem dada a clientes ou contrapartes devido à sua deterioração da qualidade de crédito.

Há uma estrutura de controle e gerenciamento de risco de crédito, independente das unidades de negócios, responsável pelos processos e ferramentas para medir, monitorar, controlar e reportar o risco de crédito de todos os produtos, verificando continuamente a aderência às políticas e estrutura de limites aprovadas. Há também uma avaliação dos possíveis impactos de possíveis mudanças no ambiente econômico, a fim de garantir que nossa carteira de crédito seja resistente a crises econômicas.

As decisões de risco de crédito são tomadas na estrutura de comitês e fóruns técnicos, com o envolvimento da primeira e segunda linhas de defesa. Para o processo de tomada de decisão, são apresentadas e analisadas as informações decorrentes do desempenho histórico e dos modelos preditivos internos que analisam e pontuam clientes existentes e potenciais com base em seu perfil de rentabilidade e risco de crédito.

O comportamento dos clientes com atrasos no pagamento é rastreado e monitorado, para melhorar constantemente as políticas e a abordagem na cobrança de dívidas. O Nubank possui políticas de cobrança para maximizar o valor recuperado. As estratégias de coleta dependem dos perfis dos clientes e das pontuações do modelo.

Com a crise provocada pelo COVID-19, a Companhia acompanha diariamente a evolução do perfil de risco da carteira e necessidades emergidas do novo cenário durante e pós-crise. Com o objetivo de mitigar grandes impactos na liquidez e continuar suportando financeiramente os clientes durante a crise, todas as novas produções são analisadas de forma a atender as necessidades dos clientes sempre considerando os níveis aceitáveis de risco pré-estabelecidos. Alinhado à essa visão, a Companhia também passou a oferecer novas opções de reestruturação e renegociação de créditos.

b. Risco de mercado e risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB)

Risco de mercado é definido como o risco de perdas decorrentes de movimentos nos preços de mercado, incluindo os fatores de risco: taxas de juros, ações, taxas de câmbio e commodities. IRRBB refere-se ao risco atual ou prospectivo para o capital de banco e ganhos decorrentes de movimentos adversos nas taxas de juros que afetam as posições da carteira bancária.

O Nubank possui uma estrutura de controle e gerenciamento de risco de mercado e IRRBB, independente das unidades de negócios, responsável pelos processos e ferramentas para medir, monitorar, controlar e reportar o risco de mercado e o IRRBB, verificando continuamente a aderência às políticas e limites aprovados. O Nubank adota uma variedade de métricas de risco de mercado e IRRBB, incluindo sensibilidade a taxas de juros, sensibilidades de EVE (valor econômico do patrimônio) e VaR (valor em risco).

Os resultados são reportados ao Fórum Técnico de Ativos e Passivos e ao Comitê de Riscos. A Administração está autorizada a utilizar instrumentos financeiros, conforme descrito em nossas políticas internas para proteger o risco de mercado e as exposições ao IRRBB.

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de o Nubank não ser capaz de cumprir com eficiência suas obrigações esperadas e inesperadas, atuais e futuras, incluindo as decorrentes de colateralização, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade do Nubank não conseguir negociar uma posição a preço de mercado devido ao seu grande volume normalmente negociado ou devido a alguma descontinuidade no mercado.

Existe uma estrutura de controle e gerenciamento de risco de liquidez, independente das unidades de negócios, responsável pelos processos e ferramentas para mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de liquidez, verificando continuamente a aderência às políticas e estrutura de limites aprovadas.

Existe uma política de caixa mínimo em vigor para gerenciar o risco de liquidez e ele foi projetado manter recursos de liquidez suficientes em quantidade e qualidade e perfil de financiamento adequado para atender ao apetite ao risco de liquidez expresso pelo Nubank com base em métricas de liquidez internas e regulatórias.

Os resultados são reportados ao fórum técnico de Gerenciamento de Ativos e Passivos e ao Comitê de Riscos.

d. Risco operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, fraqueza ou inadequação de processos, pessoas ou sistemas internos. Inclui a esta definição o risco legal associado à inadequação ou deficiência nos contratos firmados pela Companhia e multas por não cumprimento das disposições legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes de atividades realizadas.

O Nubank uma estrutura de risco operacional e controles internos responsável pela identificação e avaliação dos riscos operacionais, bem como pela avaliação do design e da eficácia da estrutura de controles internos. Essa estrutura também é responsável pela preparação e teste periódico do plano de continuidade de negócios e por coordenar a avaliação de riscos em lançamentos de novos produtos e mudanças significativas nos processos existentes.

Dentro da governança do processo de gerenciamento de riscos, são apresentados mecanismos para identificar, medir, avaliar, monitorar e relatar eventos de risco operacional a cada área de negócios (primeira linha de defesa), além de disseminar a cultura de controle para outros colaboradores internamente. Os principais resultados das avaliações de risco são apresentados nos Fóruns Técnicos de Riscos Operacionais e Controles Internos e no Comitê de Riscos. As recomendações de melhoria aplicáveis resultam em planos de ação com prazos e responsabilidades planejados.

e. Risco de tecnologia da informação (TI)

Risco de TI é definido como os efeitos indesejáveis decorrentes de uma série de ameaças possíveis à infraestrutura de tecnologia da informação, incluindo segurança cibernética (ocorrência de incidentes de segurança da informação), gerenciamento de incidentes (processo ineficaz de gerenciamento de incidentes/problemas, impacto nos níveis de serviço, custos e insatisfação do cliente), gerenciamento de dados (falta de conformidade com as leis de privacidade de dados ou lacunas na governança de gerenciamento de dados ou problemas de vazamento de dados), entre outros.

O Nubank possui uma estrutura de Riscos de TI, responsável por identificar, avaliar, mensurar, monitorar, controlar e relatar os riscos de Tecnologia da Informação em relação aos níveis de apetite por risco aprovados pela Diretoria.

Os resultados das avaliações de riscos e controles de TI são discutidos regularmente no fórum técnico de Riscos de TI e apresentados ao Comitê de Riscos. As recomendações de melhoria aplicáveis resultam em planos de ação com prazos e responsabilidades planejados.

f. Gestão de capital

Para atender aos requisitos regulatórios, o Nubank precisa fornecer um nível mínimo de capital, considerando os índices Índice de Adequação de Capital ("CAR") e Nível 1 de Capital Próprio ("CET1"). De acordo com sua estratégia, o Nubank implementou uma estrutura de gerenciamento de capital com o objetivo de manter um nível de capital superior aos requisitos mínimos regulatórios.

O objetivo do gerenciamento de capital é estimar os requisitos futuros de capital regulatório com base nas projeções de crescimento da Companhia, exposição a riscos, movimentos de mercado e outras informações relevantes. Além disso, a estrutura de gerenciamento de capital é responsável por identificar as fontes de capital, elaborar e enviar o plano de capital para aprovação e monitorar o nível atual dos índices de capital regulatório.

No nível executivo, o Fórum Técnico de ALM e Capital é responsável por aprovar as metodologias de avaliação de risco e cálculo de capital, além de revisar, monitorar e recomendar planos de ação relacionados ao capital para o Comitê de Risco.

A tabela a seguir mostra o cálculo dos índices de capital e seu requisito mínimo para as pessoas jurídicas do Nubank exigidas pela regulamentação atual no Brasil:

	30/06/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)	353.094	186.202
Nível I	268.088	106.050
Capital Principal.....	268.088	106.050
Nível II	85.005	80.152
Ativos ponderados ao Risco (RWA)	562.028	518.222
Risco de Crédito (RWA CPAD).....	495.650	450.913
Risco de Mercado (RWA MPAD).....	729	-
Risco Operacional (RWA OPAD).....	65.649	67.309
PR Mínimo Requerido	59.013	54.413
Margem PR	294.081	131.789
Índice de Basileia	62,8%	35,9%
RBAN - Capital Requerido.....	15.623	19.740
Margem PR considerando RBAN.....	278.458	112.049

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

a. Aumento de capital

No dia 3 de julho de 2020 foi aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária o aumento de capital no montante de R\$264.925 através da emissão de 311.676.470 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Dessa forma, o Capital Social, da Companhia passa a ser de R\$594.925, divididos em 641.676.471 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, sendo aprovado pelo BACEN no dia 6 de agosto de 2020.

b. Cessão de crédito

Em 1 de julho de 2020, a Companhia realizou nova operação de aquisição de recebíveis oriundos de transações de pagamentos geradas pelos portadores de cartão de crédito da sua controladora Nu Pagamentos S.A.

O preço de aquisição dos recebíveis foi de R\$1,2 bilhões a uma remuneração equivalente à taxa de CDI + 1,10%. A operação será liquidada em 36 parcelas com vencimento final em 30 de junho de 2023. Nos primeiros 18 meses haverá apenas pagamento de juros, a partir do 19º mês, se iniciará a amortização de principal juntamente com os juros correspondentes. A operação foi realizada dentro das condições normais de mercado.

Esta cessão foi contabilizada de acordo com a Resolução nº 3.533/08 do CMN, e classificada como uma operação com retenção substancial de riscos e benefícios por parte do Cedente, o qual deve manter os recebíveis registrados na carteira, de acordo com a modalidade original, em contrapartida de obrigações por operações vinculadas a cessão, bem como realizar a provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

c. Emissão de DPGE

Em 7 de julho de 2020, a Companhia realizou emissão de instrumento de Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC (DPGE) sem alienação de recebíveis no montante de R\$100 milhões, remunerado à taxa de CDI + 1% a.a. e com vencimento em 7 de julho de 2022.

Essa captação observa os limites estabelecidos pela Resolução CMN 4.222 de 2013, apurado de forma consolidada pelas instituições associadas ao FGC que sejam integrantes do mesmo conglomerado financeiro ao qual pertence a Companhia, na qualidade de depositária.

